

Brasília, 01 de dezembro de 2017.

Ao Senhor,

**JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR**

MD. Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

SEPN - Quadra 505 - Lote 02 - Ed. Marie Prendi Cruz - 1º andar

CEP: 70730-540 – Brasília/DF

Referência: Pedido de vista da proposta de resolução que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Senhores Conselheiros,

Inicialmente esclarecemos que a proposta de resolução de referência foi discutida na Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB, assim como na Câmara Técnica de Assuntos legais e Institucionais – CTIL, não havendo consenso entre seus membros sobre o tema.

Mesmo sem consenso a referida proposta de resolução foi encaminhada ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH para discussão, em sua 38ª reunião Ordinária, sendo objeto de pedido de vista, pelos setores usuários da Indústria, do Saneamento, da Irrigação e pelo nosso segmento (Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de Lazer e Turismo), na forma do regimento interno.

Em reunião realizada no dia 16 de novembro em Brasília/DF, os setores usuários que pediram vista discutiram a proposta de resolução, tendo havido consenso com os termos do Parecer Técnico apresentado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Feitas as devidas sugestões e fechado os termos do referido parecer técnico, o seguimento dos **Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de Lazer e Turismo**, vem por este endossar, *in totum*, o Parecer Técnico apresentado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, assim como anuir com os argumentos jurídicos constantes do parecer elaborado sobre a matéria, a pedido do setor industrial.

Inobstante a nossa conformidade com os pareceres técnico e jurídico encaminhados pela CNI, apresentamos ainda para a consideração dos conselheiros, os seguintes argumentos que reforçam o nosso entendimento contrário à aprovação da proposta de resolução trazida para apreciação deste Conselho:

## 1. Em relação a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH

Todos os conselheiros têm conhecimento que a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) inova de maneira significativa a forma de se construir uma política pública em nosso país. O caráter da “descentralização” das decisões administrativas para órgãos colegiados representativos, constituídos de forma democrática, caracteriza uma política arrojada, moderna, onde as responsabilidades são distribuídas entre os atores representativos da sociedade, *in casu*, entre a sociedade civil, os usuários (setores produtivos) e o poder público.

Nem poderia ser diferente, uma vez que essa política (PNRH) desconsiderou as fronteiras políticas existentes para estabelecer uma nova forma de gestão administrativa, passando a bacia hidrográfica a ser a unidade territorial para a sua implantação e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

Assim, para sua efetivação, a Lei nº 9433/97 consagrou a “articulação” entre esses três segmentos (poder público, usuários e comunidades) como uma **diretriz de ação** a ser seguida para a implementação da Política (art. 3º, da Lei nº 9433/97).

Ora, a presente proposta de resolução não está seguindo essa diretriz, na medida em que não existe, entre os segmentos, consenso em relação ao seu conteúdo. Esse fato demonstra que não houve, portanto, a articulação necessária para esta proposta de resolução vir à apreciação dessa Plenária.

O que acontece no presente caso é uma imposição por parte do poder público de uma regra que foge a competência do próprio CNRH, como demonstram os argumentos constantes do Parecer Jurídico encaminhado pela CNI, que não iremos aqui repetir. Mas o mais grave em nossa opinião, consiste no fato de essa atitude ter o condão de **quebrar a confiança** que deve reinar entre os parceiros responsáveis pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

Ressaltamos que a **quebra de confiança** não reside em hipótese alguma no componente financeiro (possível aumento de custos para os setores usuários), mas sim na quebra do compromisso assumido por todos (poder público, usuários e comunidades) para a implantação dessa política pública, uma vez, como já dito, somos parceiros nessa missão de extrema importância para o nosso país.

O respeito ao parceiro passa necessariamente pela articulação para a formação de consensos, o que como já dito, não foi o caso da presente proposta de resolução. A imposição fica caracterizada pela opção de trazer a matéria ao Plenário do CNRH, onde o poder público detém a maioria de seus membros, inclusive com a realização de reuniões prévias de alinhamento entre o próprio setor.

Assim, entendemos que o poder público ao fazer valer essa força numérica, quebra a relação de confiança existente entre os parceiros, o que é fundamental para a

consolidação da PNRH, o que representa um fato extremamente grave em nosso entendimento, porque planta a semente da desconfiança, o que poderá trazer ao processo de implementação da política, retrocessos às conquistas ocorridas nesses últimos 20 anos.

## **2. Em relação a proposta de resolução:**

Acrescenta-se ao entendimento jurídico apresentado pela CNI a constatação de que a proposta de resolução apresentada ao CNRH não tem como prosperar visto que ela visa estabelecer uma nova regra (mecanismo e valores) a ser seguida pelos comitês de rios de águas de domínio da União, **em matéria que já foi decidida pelo próprio Conselho.**

Esclarecemos: o CNRH já deliberou sobre os **mecanismos e valores da cobrança**, das bacias dos rios, Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, São Francisco, Doce e Paranaíba.

Estes mecanismos e valores já foram, portanto, definidos pelo CNRH. Logo não podemos alterá-los, como pretende a proposta de resolução, sem que esse novo mecanismo ou valor (atualização automática do PPU), seja encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelo respectivo comitê de bacia hidrográfica, para sua definição.

Portanto, consideramos que a atualização automática dos valores PPU já definidos pelo Conselho, para que possa ser levada adiante, a par de todos os argumentos expendidos no parecer jurídico da CNI, dependeria também, em tese, de uma revogação parcial das resoluções que aprovaram os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos para cada um desses comitês.

Entendemos que o teor da proposta de resolução apresentada, com as devidas adequações, deva ser objeto de uma moção do CNRH aos comitês de bacia hidrográfica, no sentido de provocar no âmbito desses órgãos colegiados (fórum adequado), essa discussão.

## **3. Em relação à sustentabilidade das entidades delegatárias:**

Corroborando com o exposto no parecer técnico elaborado pela CNI, ponderamos ainda que se a Lei nº 9433/97 estabelece o limite de 7,5% do montante arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para as fazer frente as despesas de implantação e custeio administrativo das entidades delegatárias, consideramos que essas entidades têm que se adequar a essa realidade.

Assim, cada comitê deverá ter a agência de bacia/entidade delegatária, do tamanho que possibilitar a sua arrecadação, o que já deve estar previsto no edital de escolha da entidade que irá desempenhar essa atividade.

Independente da possibilidade de poder haver aporte de recursos financeiros de outras fontes para o custeio da entidade delegatária, podemos também considerar a possibilidade de adoção de procedimentos administrativos alternativos, como a contratação de serviços de terceiros para a execução de atividades a serem desenvolvidas pela própria entidade delegatária, o que diminuiria os seus custos fixos.

Outra medida que em nossa opinião clama urgência, é a necessidade de se adotar procedimentos mais simples (céleres) para a execução das atividades previstas nos Planos de Bacia, mediante o estabelecimento de entendimentos jurídicos que busquem desvincular as entidades delegatárias (entidades privadas) da questionável obrigação de cumprir os procedimentos prescritos ao setor público para aplicação dos recursos arrecadados.

A adoção destas medidas, com certeza trariam um impacto positivo no desempenho das atividades das entidades delegatárias, diminuindo seus custos administrativos, mediante a diminuição da burocracia, fazendo-as dispendem menos tempo nas atividades meio e se dedicar mais na implementação das suas atividades fins, ligadas à execução das ações estabelecidas nos planos de bacia.

Finalizando salientamos outro ponto de extrema importância que reside na mudança da regra de governança (como a trazida por essa proposta de resolução), que irá refletir negativamente no setor produtivo, visto que desestabiliza a **segurança jurídica** necessária para viabilizar investimentos e que deve reinar entre todos os interessados, sejam eles usuários, ou investidores. Salienta-se que inúmeros projetos já foram e ainda deverão ser realizados, assim como investimentos foram planejados com base no atual modelo de governança, que não pode ser alterado de forma “impositiva”, sob pena de provocar uma descrença generalizada na própria Política.

Com essas considerações, manifestamos a esse Conselho nossa firme crença na Política Nacional de Recursos Hídricos, o que vem sendo demonstrado pela atuação do nosso segmento, pautada na insistente busca de articulação com todos os segmentos integrantes do SINGREH, como forma de viabilizar acordos que promovam a sua implementação, respeitando sempre seus fundamentos, objetivos e diretrizes de ação.

Atenciosamente,

**Wilson de Azevedo Filho**

**Emerson Martins Costa**